

## Visto de viagem para os EUA será ampliado para dez anos



A medida, que também vale para as visitas de americanos ao Brasil, faz parte de acordo bilateral ratificado ontem pela CRE e se aplica para viagens de turismo e negócios

Os vistos de viagem dados a brasileiros que queiram entrar nos Estados Unidos deverão ter validade de dez anos, e não mais de cinco. A medida pode entrar em vigor em breve, já que, ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado aprovou o acordo entre os dois países. O projeto precisa passar pelo Plenário, antes de ser enviado à promulgação. Os prazos de permanência máxima no país mantêm-se inalterados. **4**

Antônio Carlos Valadares (E), Adelmir Santana, Augusto Botelho e Romeu Tuma na reunião da CRE que aprovou o texto do acordo bilateral

### Valorização da língua portuguesa no exterior

Serys não vê problema na convocação da ministra Dilma Rousseff **2**



A valorização da língua portuguesa nos foros internacionais e a avaliação da implantação do acordo ortográfico serão debatidos em seminário entre 25 e 31 de março, em Brasília. O anúncio foi feito pelo embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, durante reunião da CRE que aprovou o seu nome para representante na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A mensagem vai ao Plenário. **4**

Nery fala em impunidade após cinco anos da morte de freira **3**

### Paim e Simon lembram 20 anos da libertação de Nelson Mandela

Senadores exaltaram a trajetória do homem que ficou 27 anos preso pelo *apartheid* e, pregando o fim do ódio racial, saiu da cadeia para unificar o país e eleger-se presidente da África do Sul no primeiro pleito em que os negros puderam votar. **3**

Nelson Mandela, quando falava à Assembleia-Geral da ONU, em 2007



Para a senadora, não há problema na convocação de Dilma Rousseff pela CCJ, mas teria sido mais sensato convocar Paulo Vannuchi, da secretaria que elaborou o plano

## Serys defende Plano Nacional de Direitos Humanos 3

SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) defendeu o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e repudiou "as muitas inverdades e posições contrárias" ao programa "que têm ocupado as páginas dos jornais". Ela sustentou que o plano "pretende ser uma política pública de Estado, e não de candidato" e, por isso, "é impensável considerá-lo um mero instrumento eleitoral".

Serys disse não ver nenhum problema na convocação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, aprovada anteaontem, para falar sobre o plano na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

– Nossa ministra é defensora intransigente dos direitos hu-



Fotos de Waldemir Rodrigues

Serys diz que plano foi amplamente discutido com a sociedade

manos, mas esse gesto revela, no mínimo, uma ação política equivocada da oposição e, quer me parecer, de verdadeiro de-

sespero, já que o mais sensato seria fazer o convite ao ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos, ou mesmo ao ministro Luiz Paulo Barreto [novo ministro da Justiça].

Serys discordou das afirmações de que o PNDH-3 não teria sido discutido pela sociedade, destacando as 27 conferências estaduais realizadas em 2008. O plano "é fruto de uma ampla participação social".

A senadora ressaltou que o jurista Sepúlveda Pertence, ex-ministro do STF, mencionou em entrevista "a ignorância de quem não leu o texto" e o "propósito, mal dissimulado, de fazer da objeção global ao plano uma bandeira da campanha eleitoral".

## Cassol avalia que Dilma seguirá as políticas sociais de Lula

O senador Sadi Cassol (PT-TO) saudou ontem os 30 anos de fundação do PT, completados no último dia 10, e disse que a pré-candidata do partido à sucessão presidencial, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, dará continuidade às políticas sociais vigentes no país.

– Dilma continuará esse projeto do fundador do PT [o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos fundadores do partido] e irá cada vez mais aperfeiçoar esses projetos que estão sendo implantados no país e já melho-

raram a qualidade de vida das pessoas – afirmou.

Sadi Cassol declarou ainda que houve muitos avanços, não só com o PT, mas também nos outros governos, e que cada um tem seu estilo de governar.

Cassol avaliou que as políticas públicas de artes e cultura têm sido progressivamente priorizadas pelo governo petista. Segundo ele, os investimentos no setor passaram de R\$ 111,6 milhões, em 2003, para R\$ 550 milhões, em 2009.

Cassol explicou que esses in-



Sadi Cassol também destaca os investimentos na política cultural

vestimentos, que deverão atingir R\$ 843 milhões em 2010, envolvem, por exemplo, a preservação da memória, do patrimônio cultural e o incentivo a projetos artísticos e culturais.

## Augusto Botelho celebra 30 anos de criação do PT



Augusto Botelho

Augusto Botelho (PT-RR) comemorou ontem os 30 anos de existência do Partido dos Trabalhadores (PT), celebrados em 10 de fevereiro, cumprimentando os petistas pela construção "de um dos partidos mais importantes do cenário político brasileiro".

Para o senador de Roraima, nos últimos sete anos o PT promoveu "uma das transformações mais profundas do Brasil", citando os programas Bolsa Família, Luz para Todos, ProUni, PAC e Pronaf.

## Marisa Serrano critica mudanças no Enem



Marisa Serrano

Um amplo debate sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi proposto ontem por Marisa Serrano (PSDB-MS), que comunicou ao Plenário ter feito essa sugestão à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Ela criticou as reformulações no exame feitas pelo atual

governo. A senadora lembrou que o Enem, criado em 1998, era prova única de 63 questões e uma redação. O novo Enem passou a ter quatro provas e uma redação, gerando protestos por sua longa duração.

## PAC é "marca de fantasia" para ações tradicionais, diz Agripino

O senador José Agripino (DEM-RN) afirmou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma "marca de fantasia" que representa "nada mais que um elenco de obras tradicionais que todos os governos vêm fazendo".



José Agripino

Agripino disse que não conhece uma obra especial do

atual governo, a não ser a descoberta de petróleo na camada pré-sal, que ele atribui ao crescimento da eficiência da Petrobras, decorrente da quebra do monopólio na exploração do petróleo, ocorrida no governo anterior, que promoveu a concorrência entre as empresas do setor.

## Obras em Minas estão "em ritmo questionável", afirma Azeredo

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fez uma análise das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado de Minas Gerais. Segundo ele, várias estão atrasadas ou ainda em fase preparatória. O senador exemplificou, citando as obras de duplicação das



Eduardo Azeredo

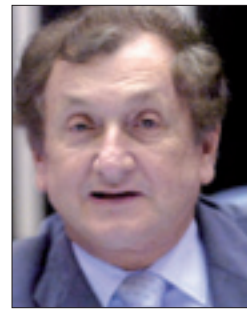
rodovias BR-050 (entre Uber-

lândia e Araguari), BR-116, BR-135 e BR-381 (entre Belo Horizonte e Governador Valadares), que, disse, estão "ainda no papel".

– Com relação a esse último trecho, já se passaram sete anos e agora que o governo está fazendo o projeto de duplicação.

## Mão Santa culpa "aloprados" por posição de Lula contra TCU

O senador Mão Santa (PSC-PI) pediu ontem ao presidente Lula que encerre "a campanha contra o Tribunal de Contas da União (TCU)". Ele disse que o presidente é "boa gente", mas "está cercado de aloprados", o que o leva a "passar por cima" de recomendações do



Mão Santa

tribunal. Mão Santa se referia

ao veto presidencial que possibilitará o repasse de recursos públicos a obras da Petrobras consideradas irregulares pelo TCU.

O senador ressaltou o papel do tribunal no controle e fiscalização das contas públicas e disse que é nas obras que se encontram "as safadezas".

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão não deliberativa começa às 9h

A sessão, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre eles Marco Maciel (DEM-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Augusto Botelho (PT-RR).

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Sadi Cassol • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Edson de Almeida, Flávio Faria, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves  
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Mandantes do crime devem ser julgados juntos, defende Nery

## Caso Dorothy Stang foi "consórcio de fazendeiros", afirma José Nery

José Nery (PSOL-PA) lembrou ontem o assassinato, há cinco anos, da missionária norte-americana Dorothy Stang, que ele creditou ao "consórcio de fazendeiros da Transamazônica". Segundo o senador, um dos mandantes do crime, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, teve seu julgamento anulado e pasará por novo tribunal do júri

no dia 31 de março. Já o outro mandante, Reginaldo Pereira Galvão, informou, aguarda julgamento em liberdade. Nery defende que Pereira Galvão seja julgado juntamente com Bida.

O senador também apresentou dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) segundo os quais foram assassinados 687 trabalhadores rurais no estado do

Pará, entre 1982 e 2008. Desse total, disse, apenas 259 resultaram em inquérito policial ou processo criminal. Segundo ele, dos 144 processos ajuizados, apenas 12,5% chegaram a julgamento, com a condenação de nove mandantes e 18 pistoleiros e intermediários, sendo que todos estão foragidos ou aguardam recurso em liberdade.

José Nery concorda com a tese de que os defensores dos direitos humanos e da justiça social no país costumam ser criminalizados pelo poder público.

– A morte de Dorothy Stang não foi um fato isolado. Faz parte da estratégia de força do aparato de Estado. Aqueles que rejeitam as suas benesses são criminalizados – observa Nery.

## Geovani defende menos imposto para mineração

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu ontem a redução de tributos sobre a área de mineração, conforme estava sendo negociado entre os ministérios da Fazenda e de Minas e Energia.

– Em conversa com assessores do Ministério de Minas e Energia, estabelecida com a minha assessoria, ficou claro que o diagnóstico do ministério é que a tributação do setor, da forma como é feita hoje, não incentiva a agregação de valor na indústria. As áreas diretamente afetadas pela atividade de mineração, principalmente Minas Gerais, Pará e o meu Amapá, recebem muito pouco para compensar os danos ambientais da atividade.



Tributação atual não incentiva investimentos, diz senador

## Heráclito: site diz que Piauí não paga ao BNDES

Heráclito Fortes (DEM-PI) leu reportagem publicada pelo portal de notícias 180 Graus segundo a qual o governo do Piauí não tem pago parcelas de empréstimo obtido no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O empréstimo foi destinado à construção e recuperação de rodovias estaduais, no valor total de R\$ 299,4 milhões.

Mas, de acordo com a notícia, os recursos teriam sido utilizados ilegalmente, entre julho e dezembro de 2009, para pagamento de servidores e outras despesas. Em aparte, Heráclito Fortes recebeu a solidariedade de Mão Santa (PSC-PI).



Senador afirma que, segundo noticiário, parte do dinheiro foi usada ilegalmente

## Paim e Simon lembram os 20 anos da liberdade de Mandela

Paim diz que líder sul-africano "ajudou a enraizar a democracia" no país, depois do fim do *apartheid*. Simon ressalta capacidade de Mandela para "mobilizar o bem"

APÓS 27 ANOS preso em uma minúscula cela no presídio Victor Vester, nos arredores da Cidade do Cabo, o sul-africano Nelson Mandela foi finalmente solto em 11 de fevereiro de 1990. Para marcar os 20 anos de sua libertação, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou ontem requerimento de voto de aplauso a Mandela, um dos principais líderes do movimento contra o *apartheid* – regime de segregação racial que vigorou na África do Sul até meados da década passada.

Paim lembra que, quatro anos após sair da prisão, Mandela tornou-se presidente na primeira eleição em que os negros puderam votar. O senador ressaltou que o governo de Mandela "ajudou a enraizar a democracia na África do Sul, em um continente onde os políticos, em geral, mantêm-se no poder por meio de fraudes e violência".

Paim acrescentou que Mandela é "adorado em seu país devido à sua atuação em prol da reconciliação racial, com a qual garantiu uma transição pacífica, evitando a ocorrência de períodos de caos e destruição, como os das guerras anticoloniais no continente". E declarou ainda que o ex-presidente sul-africano "é o maior líder vivo na defesa dos direitos humanos e uma referência eterna para todos".

### Simon

"É difícil encontrar na história da Humanidade alguém com tamanha capacidade de mobilização para o bem, com tamanha compreensão da força de um povo e de como utilizá-la para o bem comum", afirmou ontem o senador Pedro Simon



Paim (E) e Simon destacam liderança de Mandela na reconstrução do país



### Biografia de líder

Mandela deixou a prisão para ganhar o Prêmio Nobel da Paz e se tornar presidente na primeira eleição em que os negros puderam votar

<b>Nelson Mandela</b>		
advogado, ex-líder rebelde e ex-presidente		
1918	<b>Nascimento</b> em Mvezo	
1942	União ao Congresso Nacional Africano (CNA)	
1962	<b>Prisão</b> por conspiração	
1990	<b>Libertação</b>	
1993	Premiado com o <b>Nobel da Paz</b>	
1994-1999	<b>Presidência</b> da África do Sul	
2004	<b>Retirada</b> da vida pública	

Fontes: Nobelprize.org e Nelson Mandela Foundation

(PMDB-RS), no discurso em que reverenciou Mandela.

Segundo Simon, tanto a prisão quanto a libertação de Nelson Mandela têm significado maior para a Humanidade do que os fatos em si. Para ele, a prisão significou a intolerância e a liberdade representou a capacidade de um povo conquistar, coletivamente, o seu direito à Humanidade. Simon destacou

que é impossível não se sensibilizar com a nova realidade da África do Sul: um sonho de Mandela que se tornou realidade.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elegeu como uma das ações mais importantes de Mandela, quando presidente, a criação da Comissão de Verdade e Reconciliação, lembrando que proposta similar feita pelo governo brasileiro tem sido alvo de polêmica.

## Prisão do governador Arruda repercute no Plenário

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de acatar, por 12 votos a 2, o pedido de afastamento e prisão preventiva do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, repercutiu no Plenário ontem à tarde.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou os colegas sobre a decisão da corte. Pedro Simon (PMDB-RS) saudou a decisão do STJ. "A impunida-

de vai, um dia, terminar neste país. Quem não diz que está começando hoje?", afirmou o senador.

Na avaliação do líder do PSOL, senador José Nery (PA), José Roberto Arruda não honrou o voto de confiança que a sociedade brasileira deu a ele.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), afirmou que seu partido foi a primeira institui-

ção a pronunciar-se em relação ao escândalo, decidindo pela expulsão de Arruda.

No fim do ano passado, José Roberto Arruda foi denunciado pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal. No inquérito do STJ, o governador do DF é apontado como o comandante de um esquema de distribuição de propina a deputados distritais e aliados.



Senador defende que 403 aprovados em concurso sejam chamados

## Polícia Rodoviária precisa de apoio, diz Jayme Campos

Depois de alertar para a "situação preocupante" em que vive a Polícia Rodoviária Federal, Jayme Campos (DEM-MT) fez ontem um apelo para que os 403 demais aprovados no concurso para o órgão realizado em 2008 sejam convocados e contratados. O senador disse que vem tentando, desde meados do ano passado, junto ao Ministério do Planejamento, que essa convocação seja viabilizada.

Segundo Campos, o governo só autorizou a contratação de 170 excedentes. O senador enviou, na terça-feira, um ofício ao Ministério da Justiça, reiterando a necessidade das contratações.

## Mozarildo cobra atenção a município de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que o governador de Roraima, Anchieta Júnior, não tem dado a devida atenção ao município de Caracarái, um dos mais antigos do estado. O senador leu nota publicada no jornal *Folha de Boa Vista* segundo a qual os vereadores daquele município protestaram contra as constantes e inexplícitas quedas de energia elétrica e pela retirada de um dos motores da usina da cidade.

– A denúncia mostra o descaso do governador com o município – afirmou Mozarildo, dizendo que a falta de chuvas colocou 14 das 15 cidades de Roraima em estado de calamidade pública.



Município sofre com frequentes quedas de energia, aponta Mozarildo

A medida faz parte de acordo entre Brasil e Estados Unidos aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e valerá para quem viaja a turismo ou a negócio

## EUA darão a brasileiros vistos válidos por 10 anos

A VALIDADE DOS vistos de viagem dados pelos Estados Unidos aos cidadãos brasileiros deverá ser estendida de cinco para dez anos. A medida consta de acordo entre os dois países aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) sob a forma do Projeto de Decreto Legislativo 1.034/09, que ainda será submetido ao Plenário antes de ser enviado à promulgação.

Segundo o acordo, a ampliação do período de validade dos vistos valerá tanto para os brasileiros que viajarem aos Estados Unidos quanto para os cidadãos norte-americanos que viajarem ao Brasil. O período

de dez anos, de acordo com o documento, passará a valer para os que viajam a turismo ou a negócio, "para ingressar, transitar, permanecer e deixar o território do outro Estado, dentro de períodos de permanência definidos em suas respectivas legislações nacionais".

– Trata-se de acordo destinado a facilitar o fluxo de viajantes entre o Brasil e os Estados Unidos, com a adoção de medida de caráter prático e que irá beneficiar significativos contingentes de pessoas, obrigadas a constantes deslocamentos entre os dois países – disse o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG),

relator do projeto e presidente da comissão.

Na opinião do parlamentar, a ampliação do prazo de validade dos vistos permitirá maior intercâmbio entre os dois países e tornará mais fácil a atividade de "inúmeros agentes econômicos" que circulam entre o Brasil e os Estados Unidos.

Para Azeredo, o acordo possibilitará o início de uma "distensão bilateral em relação às políticas nacionais adotadas pelas duas nações, agravadas pela exigência brasileira de vistos para cidadãos norte-americanos e pela rigorosa forma de admissão de brasileiros em território norte-americano".



Ministros Amorim (E) e Jobim também poderão falar sobre compra de aviões

## Jobim e Amorim devem explicar acordo com a França à CRE

Os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, serão convidados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a prestar esclarecimentos sobre acordo de cooperação entre Brasil e França na área de defesa. Requerimento nesse sentido, apresentado por Heráclito Fortes (DEM-PI), foi aprovado ontem pela comissão.

O senador observou que o acordo destoa, "por sua complexidade", de outras iniciativas de cooperação militar. O acerto com a França trata em um único texto de temas geralmente presentes em documentos separados, como isenção de impostos, assistência militar e cooperação industrial-militar, ressaltou.

A complexidade do acordo e as análises que vêm sendo feitas a respeito da cooperação militar com a França permitiriam supor, segundo o parlamentar, que o documento iria além da cooperação para treinamento e troca

de informações, servindo de apoio jurídico a projetos de aquisição de material bélico e à renovação da frota brasileira de aviação de combate.

– Isso convida a atenção para mais um desdobramento da disputa relacionada ao programa de compra de aviões de caça pela Força Aérea Brasileira. E, em sendo verdade a tese, o presente ato anteciparia o resultado de decisão de fundamental importância que comprometerá a República não só em valores significativos, mas também em parceria pelos anos que estão por vir – afirmou o senador.

A comissão decidiu ainda, também a pedido de Heráclito, solicitar informações ao Ministério das Relações Exteriores a respeito do acordo com a França. Ele questiona, por exemplo, se o documento pode ser considerado base para "acordos militares ulteriores, incluindo tecnologias nucleares e aquisições de aeronaves".



Relatório de Azeredo (D, ao lado de Heráclito) foi aprovado após sabatina de Pinto Coelho como representante junto à CPLP

## País vai lutar pela valorização da língua portuguesa

A valorização da língua portuguesa nos foros internacionais e a avaliação do processo de implantação do novo acordo ortográfico figuram entre os principais temas do seminário internacional sobre o futuro do idioma, que será realizado em Brasília, entre 25 e 31 de março deste ano.

A informação foi dada ontem pelo embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que aprovou o seu nome para representante permanente junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A indicação, feita pelo presidente da República, será submetida ainda ao Plenário. Durante a sabatina, Pinto Coelho assegurou "o firme compromisso" do governo brasileiro de trabalhar pela consolidação da CPLP, cujos integrantes, segundo ele, pretendem transformar o português em língua de documentação da Organização das Nações Unidas (ONU) e em língua de trabalho na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

– Não há muita retórica atualmente na comunidade. Nossos objetivos são cada vez mais concretos – afirmou Pedro Motta Pinto Coelho.

### Mercosul

Na opinião do embaixador, existe um paralelismo entre a CPLP e o Mercosul, pois em ambas organizações se identifica uma "certa assimetria entre seus integrantes, uma vez que o Brasil é o maior participante tanto em uma como na outra". A seu ver, porém, essa assimetria acaba funcionando como uma espécie de catalisador nos dois casos.

O relator da mensagem, Augusto Botelho (PT-RR), emitiu voto favorável à indicação. Por sua vez, Marco Maciel (DEM-PE) observou que a CPLP vem ajudando a estabelecer laços mais fortes com os países "vizinhos" da África. Por sua vez, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da comissão, afirmou que a comunidade tem um "peso relevante" na aproximação dos

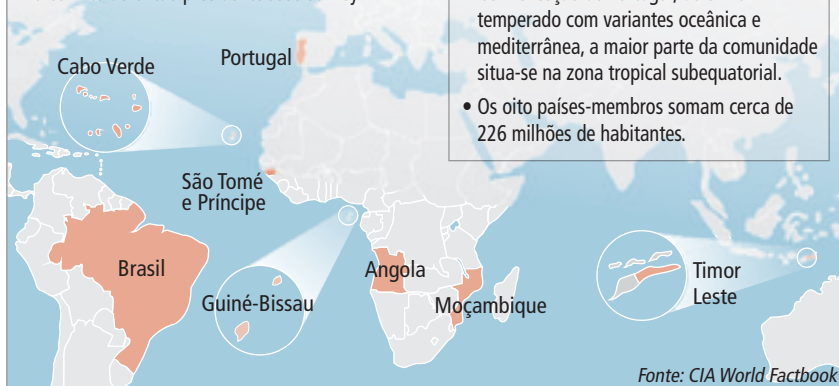
países lusófonos.

A participação ativa da comunidade nos debates internacionais foi destacada por Romeu Tuma (PTB-SP), enquanto Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou o fato de o idioma português ser menosprezado, apesar de se constituir na língua materna de mais de 240 milhões de pessoas.

Já Marconi Perillo (PSDB-GO) defendeu a rápida implantação do Parlamento da CPLP. Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que inicialmente o projeto de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi visto com ceticismo, mas observou que agora vem se consolidando. E Eduardo Suplicy (PT-SP) colocou-se à disposição para levar a todos os países lusófonos a proposta de criação de um programa de renda básica.

### O mundo em português

O primeiro passo para a criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, no primeiro encontro dos chefes de Estado e de governo dos países de língua portuguesa – a convite do então presidente José Sarney



- Os países da comunidade estão situados em quatro continentes – Europa, América, África, Ásia.
- O português é falado em 7,2% do planeta, ou 148.939.063km².
- Com exceção de Portugal, de clima temperado com variantes oceânica e mediterrânea, a maior parte da comunidade situa-se na zona tropical subequatorial.
- Os oito países-membros somam cerca de 226 milhões de habitantes.

## Suplicy: BC decide limitar bônus pagos a executivos de bancos

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem a iniciativa do Banco Central de adotar política de normatização da remuneração variável, os chamados bônus, dos executivos de bancos e demais instituições financeiras. Segundo o senador, a decisão está em consonância com aquela tomada pelos países do G-20 e referendada na Conferência de São Petersburgo, na Rússia, em abril de 2009. A decisão, informou, será submetida a consulta pública no endereço eletrônico [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) até o dia 2 de maio.

– O objetivo é fortalecer o sistema financeiro internacional, adotar padrões coordenados de redução de risco das operações financeiras e instituir boas práticas nas políticas de remuneração de executivos financeiros – explicou o senador.

A proposta brasileira, disse Suplicy, estabelece que 50% dos bônus destinados a altos executivos de bancos e corretoras serão pagos em ações ou cotas das empresas, sendo que 40% do total serão desembolsados ao longo de três anos. Além disso, informou, os bônus ficarão vinculados ao desempenho da



Decisão está de acordo com a que foi tomada pelo G-20, diz Eduardo Suplicy

empresa no médio e no longo prazos, de modo que, se ela der prejuízo, o executivo deixa de receber o bônus.

– O que se quer é evitar situações como a que ocorreu nos Estados Unidos após a queda do Lehman Brothers. Mesmo assim, executivos receberam bônus de milhões de dólares previstos em contratos – observou.

O senador exemplificou com a iniciativa da Usiminas de divulgar a remuneração de todos os diretores e membros dos conselhos de Administração e Fiscal.